

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL**Resolução n.º 59/2018**

O Conselho do Governo reunido em plenário em 8 de fevereiro de 2018, resolveu, na qualidade de acionista da EEM-Empresa de Eletricidade da Madeira S.A., sociedade com sede à Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, n.º 32, no Funchal, mandar a Diretora Regional Adjunta de Economia, Licenciada Cláudia Patrícia Homem de Gouveia Dantas de Caires, para em nome e em representação da Região Autónoma da Madeira, participar na reunião da respetiva Assembleia Geral que terá lugar na sua sede social, às 11 horas do dia 9 de fevereiro de 2018, aí deliberando sobre os assuntos da ordem de trabalhos que se anexa, a qual faz parte integrante da presente resolução e que fica arquivada na Secretaria-Geral da Presidência.

Presidência do Governo Regional. - O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Miguel Filipe Machado de Albuquerque

Resolução n.º 60/2018

O Conselho do Governo reunido em plenário em 8 de fevereiro de 2018, com o objetivo de garantir a compatibilidade com o mercado interno, na aceção do artigo 107.º, n.º 3, do Tratado e a isenção da obrigação de notificação imposta pelo artigo 108.º, n.º 3, do Tratado e de melhor adequar o instrumento de apoio à internacionalização das empresas regionais, resolveu aprovar a primeira alteração ao Sistema de Incentivos à Internacionalização das Empresas da Região Autónoma da Madeira (“Internacionalizar 2020”), criado e regulamentado pela Portaria n.º 75/2015, de 26 de março.

Presidência do Governo Regional. - O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Miguel Filipe Machado de Albuquerque

Resolução n.º 61/2018

Considerando que, o Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de fevereiro, criou o Conselho Nacional da Água (CNA) enquanto órgão consultivo do Governo de planeamento nacional no domínio da água;

Considerando que, pelo Decreto-Lei n.º 166/97, de 2 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 84/2004, de 14 de abril, o CNA integra um vogal representante do Governo Regional da Madeira competente em matéria de ambiente;

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 33/2008/M, de 14 de agosto, a autoridade regional da água é a Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente, em consonância com as orientações do Secretário Regional do Ambiente e Recursos Naturais;

O Conselho do Governo reunido em plenário em 8 de fevereiro de 2018, resolveu designar como representante do Governo da Região Autónoma da Madeira, no Conselho Nacional da Água (CNA), nos termos do n.º 4 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 166/97, de 2 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 84/2004, de 14 de abril, a Eng.ª Paula Freitas Menezes, na qualidade de Diretora Regional do Ordenamento do Território e Ambiente.

Presidência do Governo Regional. - O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, Miguel Filipe Machado de Albuquerque

Resolução n.º 62/2018

O programa do XII Governo Regional da Madeira definiu como uma das suas prioridades a prossecução de políticas adequadas ao desenvolvimento, valorização e perseveração do artesanato regional.

O Bordado da Madeira é uma atividade artesanal muito enraizada na história do arquipélago, que conta com o reconhecimento internacional desde 1850 e que muito contribui para a imagem e tipicidade da RAM, enquanto Região de património cultural diverso e genuíno.

O Bordado da Madeira depende essencialmente da concretização de medidas de estímulo e de apoio à atividade da Bordadeira de casa por se encontrar intrinsecamente ligada à mesma;

É perspícuo que bordadeira de casa não goza de um sistema permanente e sustentável de apoio direto à sua atividade artesanal.

O trabalho executado pelas Bordadeiras de casa da Madeira reveste-se de uma importância vital e deve continuar a ser salvaguardado através de um processo de certificação que se encontra estabelecido desde 1938 e que interessa defender;

Considerando que as bordadeiras de casa da Madeira exercem a sua atividade de forma individualizada e que para o exercício da mesma necessitam de utensílios próprios;

Considerando que as bordadeiras de casa da Madeira estão sujeitas a um desgaste natural da acuidade visual e posicional do corpo humano que pode ser minimizado, designadamente com a aquisição de material ergonómico.

Em face à condição insular e ultraperiférica da RAM, são notórios os sobrecustos na aquisição de material, utensílios e ferramentas de vanguarda que garantam a maximização do processo produtivo.

Considerando que os utensílios necessários para à boa execução do bordado da Madeira (agulhas, dedais, óculos, cadeiras e demais utensílios e outros), adquiridos pelas bordadeiras, têm vindo a sofrer aumentos, revelando fundamental apoiar financeiramente as bordadeiras com vista a estimular a respetiva atividade profissional;

Considerando que se pretende garantir a qualidade e excelência do Bordado Madeira, destacando-o dos demais têxteis provenientes de outros países e que por força do aumento da concorrência, se tem verificado uma deturpação do Bordado Madeira que urge combater.

É essencial para a sustentabilidade do setor do bordado da Madeira distinguir, prestigiar e apoiar as Bordadeiras da Madeira com o objetivo de valorizar, social e culturalmente, a respetiva atividade e, assim, perseverar um produto de valor incalculável para a RAM.

Considerando que a medida a aprovar pela presente Resolução está de acordo com o disposto no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro de 2013, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis.

Nesta conformidade, é fundamental e reveste-se de inegável interesse público apoiar o custo de aquisição de certos os meios de produção com vista a assegurar a sustentabilidade do setor do bordado da Madeira, através da concessão de um auxílio financeiro às bordadeiras.

Assim, o Conselho do Governo reunido em plenário em 8 de fevereiro de 2018, resolveu o seguinte:

1. Ao abrigo do disposto nas alíneas b) e d) do artigo 69.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, aprovado pela Lei